



Constelações Urbanas

territorialidades, fluxos,
manifestações estético-políticas

Ana Claudia de Oliveira
Maria Aparecida Junqueira
Mariangela Belfiore Wanderley
(Eds.)

edue Plano de Incentivo à Pesquisa **PIPEq**



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Reitora: Maria Amalia Pie Abib Andery

EDITORA DA PUC-SP
Direção: José Luiz Goldfarb

Conselho Editorial

Maria Amalia Pie Abib Andery (*Presidente*)

Ana Mercês Bahia Bock

Claudia Maria Costin

José Luiz Goldfarb

José Rodolpho Perazzolo

Marcelo Perine

Maria Carmelita Yazbek

Maria Lucia Santaella Braga

Matthias Grenzer

Oswaldo Henrique Duek Marques

CONSTELAÇÕES URBANAS

territorialidades,
fluxos e manifestações
estético-políticas

Ana Claudia de Oliveira
Maria Aparecida Junqueira
Mariangela Belfiore Wanderley
(eds.)

educ

Plano de Incentivo à Pesquisa
PIPEq
FUC-SP

São Paulo
2018

Copyright © 2018. Ana Claudia de Oliveira, Maria Aparecida Junqueira, Mariangela Belfiore Wanderley.
Foi feito o depósito legal.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfoury/PUC-SP

Constelações urbanas: territorialidades, fluxos e manifestações estético-políticas / eds. Ana Claudia de Oliveira, Maria Aparecida Junqueira, Mariangela Belfiore Wanderley. - São Paulo, EDUC, 2018.
364 p. ; 23 cm.
Bibliografia.

ISBN: 978-85-283-0623-1

1. Brasil - Política social. 2. Diferenciação (sociologia) - São Paulo (cidade). 3. Política urbana - São Paulo (cidade). 4. Planejamento urbano - São Paulo (cidade). 5. Desindustrialização. 6. Territorialidade humana. 7. Políticas públicas. 8. Imigração. 9. Mobilidade urbana. 10. Escrita-imagem. 11. Manifestações estético-políticas. I. Oliveira, Ana Claudia de. II. Junqueira, Maria Aparecida. III. Wanderley, Mariangela Belfiore.

CDD 361.610981

Bibliotecária: Maria Lúcia S. Pereira - CRB 8ª/5754

educ

Direção

José Luiz Goldfarb

Produção Editorial

Sonia Montone

Revisão

Ana Claudia de Oliveira

Maria Aparecida Junqueira

Editoração Eletrônica

Waldir Alves

Gabriel Moraes

Capa

Criação de Nilthon Fernandes, a partir de fotografia de Anne Landowski

2ª capa: fotografia de paisagem do Grajaú, de Mariana Braga Clemente

3ª capa: fotografia panorâmica da Zona Leste, de Andre Bonacin

Administração e Vendas

Ronaldo Decicino

EDUC – Editora da PUC-SP

Rua Monte Alegre, 984 – Sala S16 – Perdizes

CEP: 05014-901 – São Paulo – SP

Tel./Fax: (11) 3670-8085 e 3670-8558

Site: www.pucsp.br/educ

E-mail: educ@pucsp.br

Prefácio

As cidades são talvez a maior das “invenções” humanas. De início – e há mais de 20.000 anos –, as cidades foram simples aglomerados ou ajuntamentos de pessoas que se constituíram na esteira das possibilidades criadas pela “invenção” da agricultura, que exigiu certa “imobilidade” para trabalhar a terra e simultaneamente produziu excedentes que “liberaram” pessoas e grupos para outros trabalhos especializados. Em 20.000 anos as cidades transformaram a face da terra, os modos de vida humanos, as formas de organização política, as subjetividades individuais, as possibilidades de criação e fruição de lazer e arte, a produção de conhecimento, a tecnologia e pensamento humanos, a geografia de suas localidades e seus entornos.

Nos últimos 200 anos, entretanto, constata-se uma explosão – que se irradia para o mundo todo a partir do século XX – de modos de vida que congregam mais e mais pessoas em cidades. As estatísticas são claras apontando que parcelas cada vez maiores de populações mundo afora passam a concentrar-se em cidades, criando-se metrópoles cada vez maiores e mais complexas. Todos sabemos que esses movimentos são determinados não só por mudanças nas bases tecnológicas que produzem a riqueza e a pobreza nas regiões e países em que cidades nascem e crescem continuamente (ou nas regiões e países de que esses aglomerados dependem), mas também por inflexões nas formas de organização econômica e política a que estão “atreladas” as cidades.

Entretanto, o fenômeno das cidades cria outros fenômenos – humanos, sociais políticos, ambientais, geográficos, artísticos – que passam a fazer parte da vida humana, da organização social e política. Criam-se problemas, necessidades, possibilidades, limites, dificuldades, alternativas inexistentes até então.

As cidades são espaços de descoberta de liberdade, mas também de aprisionamento e de alienação. São localidades que facilitam e dificultam a organização social. Geram habilidades individuais (cognitivas e emocionais), modos de sociabilidade inovadores e, simultaneamente, devastadores. Se, por um lado, promovem a descoberta de novos padrões, de novos conhecimentos

e de novas necessidades, por outro, impõem restrições severas e aparentemente intransponíveis à criatividade e à inovação. A complexa estrutura e infraestrutura exigidas para a vida urbana são fonte de inspiração a novas descobertas e desafios, mas estão também na origem de – até aqui – incommensuráveis problemas ambientais criados nas próprias cidades ou nas localidades e ecossistemas afetados pelas necessidades criadas pela vida urbana. As cidades e principalmente as metrópoles geram riqueza e acumulação assim como pobreza e miséria, geram infraestrutura e condições de subsistência paupérrimas, segurança e violência, capacidade de inovação e exploração do trabalho, moradia e abandono, educação e exclusão, mobilidade e aprisionamento. As metrópoles são sistemas complexos fortemente marcados por demandas tecnológicas crescentes que deveriam contribuir para resolver suas contradições. As necessárias tecnologias e o urgente conhecimento para tornar nossas cidades e metrópoles menos contraditórias e mais justas, contudo, não são apenas aqueles que se originam das ciências duras e das tecnologias que nelas se baseiam ou se inspiram. As metrópoles exigem conhecimentos do comportamento humano, dos indivíduos e dos grupos sociais, das formas de sociabilidade e das maneiras de conhecer, das possibilidades de aprender e de ensinar. As cidades e as metrópoles são também fenômenos que continuam a exigir o empreendimento humano maior que é a produção de conhecimento.

A cidade de São Paulo é certamente um caso exemplar de complexidade de uma metrópole: os problemas de infraestrutura, as questões habitacionais, as ameaças ambientais, os desafios da mobilidade, a prevalência da violência, a invisibilidade e, simultaneamente, completo escancaramento da desigualdade social e econômica, a ausência de projeto e a falta de esperança que marcam inteiros grupos sociais são todos uma face da cidade: pujante, grande, rica e marcada pela desigualdade e por suas terríveis consequências. Mas outra face dessa mesma cidade se descobre na criatividade que ela permite e em certo sentido incentiva, nas possibilidades de fruição que são latentes e podem ser tornadas concretas, nas alternativas de trabalho e formação que nela ainda perduram.

As cidades de maneira geral e especialmente a nossa metrópole – que chamamos São Paulo – são, por razões históricas, assim como por demanda real, objeto de estudo privilegiado. Nossa metrópole deveria também necessariamente ser nosso objeto por razões pragmáticas: todos vivemos nela e todos

somos sujeito e objeto de suas características. Os problemas que apresenta e as demandas que impõe para sua solução deveriam ser tomados como prioridade na Universidade.

Mas a cidade jamais poderá ser apreendida como fenômeno, ainda que parcialmente, se não a tomarmos como sistema complexo e que pode ser entrevisto apenas de múltiplos pontos de vista e sistemas de referência. A urgência das questões a serem compreendidas, a abrangência dos temas a serem abordados, a constante presença e a incidência das perspectivas e dos problemas a serem enfrentados tornam a cidade e a metrópole tema de investigação privilegiado na Universidade.

Essa foi a preocupação que dirigiu nossa decisão na PUC-SP de eleger "a metrópole" como tema privilegiado de pesquisa. Por isso, criamos um edital de pesquisa que buscava incentivar a emergência de grupo de pesquisa e a sinergia entre grupos já existentes na Universidade, que assumissem como tema de trabalho nossa metrópole. Entendíamos que o sucesso do trabalho dependeria de que os pesquisadores e grupos que o abraçassem tivessem formação e interesses distintos e que estivessem dispostos a enfrentar as eventuais dificuldades que decorrem de formações, metodologias e interesses específicos. Dependeria, ainda, de que um grupo diversificado em suas especialidades e experiente em suas linhas de trabalho enfrentasse o desafio de encontrar, no universo de complexidade de uma metrópole como São Paulo, um fio condutor que desse consistência e produtividade a seus resultados.

É isso que encontramos aqui. Os resultados do trabalho do grupo, que se formou em resposta ao Edital Temático de nosso Programa de Incentivo à Pesquisa (PIPEq), falam por si. Os pesquisadores que compuseram o grupo aceitaram os desafios colocados pela Universidade e com empenho criaram produtos que agora devolvemos à cidade.

O projeto multidisciplinar de pesquisa *Territorialidades traçadas pelos fluxos cotidianos populacionais da cidade de São Paulo*, que respondeu ao Edital de Pesquisa Temática *Metrópole: mobilidade, violência, desigualdade e vida urbana*, foi conduzido por um grupo de pesquisadores formado por professores-pesquisadores, pós-doutorandos, doutorandos, mestrandos e estudantes de iniciação científica, representando os anseios da Universidade e

demonstrando nossa capacidade de desenvolvimento de trabalho intelectual que contribui para o conhecimento de nossa realidade e para a reflexão crítica sobre essa mesma realidade.

Apresentam-se aqui os primeiros resultados do trabalho que se debruça sobre várias linhas temáticas: o direito à cidade que oferece bem-estar e que se marca pela desigualdade que nega bem-estar; os deslocamentos e imigrações que são prevalentes na metrópole e criam territórios que muitas vezes operam como lócus e experiência de exclusão; as manifestações culturais que marcam a cidade e, ao mesmo tempo, criam estéticas, proposições sociais, fluxos de sociabilidade, e a invenção de espaços públicos; os jovens e a invenção de culturas, usos, novidades, que reinventam a si mesmos e a cidade, demandando direitos e oportunidades; as políticas de assistência social de habitação revisitas à luz da mobilidade – pragmática e simbólica – que engendram.

Apresenta-se aqui também – como resultado – a demonstração de que o trabalho intelectual engajado tem muito a ganhar com a articulação de grupos, com a intersecção de saberes e com a experiência transversal e vertical de pesquisadores.

Finda essa etapa dos trabalhos, restam três “esperanças”: que os leitores aproveitem o trabalho realizado e possam nele se inspirar; que novas etapas e novos horizontes possam ser alcançados pelos pesquisadores que construíram *Territorialidades traçadas pelos fluxos cotidianos populacionais da cidade de São Paulo*; e que a Universidade mantenha seu compromisso de incentivar e induzir – na medida exata de suas possibilidades – a continuidade de trabalhos como os que aqui se apresentam.

Maria Amalia Pie Abib Andery

Reitora da PUC-SP, Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo na Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento

Sumário

Territorialidades nos fluxos cotidianos da população de São Paulo 11

Mariangela Belfiore Wanderley

Mônica de Carvalho

PARTE I – Territorialidades e alteridades na cidade de São Paulo

Desigualdade intraurbana, territórios e territorialidades = 3 lestes em 1 25

Dirce Koga

Rodrigo Diniz

Deslocamentos e acessos às políticas de assistência social
e habitação na Zona Leste 57

Carola Carbajal Arregui

Gustavo de Oliveira Coelho de Souza

Rosangela Dias Oliveira da Paz

Desindustrialização: consequências para o mercado de trabalho
da Zona Leste 85

Mônica de Carvalho

Lucia Maria Machado Bógus

Suzana Pasternak

Clarissa Gagliardi

A dialética da inclusão perversa:
população em situação de rua e imigrantes 109

Marisa do Espírito Santo Borin

Dulce Maria Tourinho Baptista

Carolina Teixeira Nakagawa Lanfranchi

Luís Felipe Aires Magalhães

Bolivianos: inserção desigual, territórios e alteridade 131

Fabio Martinez Serrano Pucci

Maura Pardini Bicudo Vêras

Histórias, tradições e associativismo português	159
Maria Izilda S. de Matos	
Leandro R. Gonzalez Fernandez	
Elis Regina Barbosa Angelo	
Nelly de Freitas	


PARTE II – Práticas de comunicação urbana em tempo real

Transpolítica do <i>rush</i>	193
Eugênio Trivinho	
Angela Pintor dos Reis	
Bárbara Barbosa	
Cláudia Ribeiro Monteiro Lopes	
Claudio Abraão Filho	
Deusiney Robson de Araújo Farias	
Heitor Pinheiro de Rezende	
Heloisa Prattes Pereira	
Janaína Quintas Antunes	
Mario Finotti Silva	
Marques Casara	

PARTE III – Novos fluxos de manifestações estético-culturais

Na estética das manifestações parietais, uma política da vida	235
Ana Claudia de Oliveira	
Micaela Altamirano	
Mariana Braga	
Pedro Passin	
Alexandre P. Sbabo	
Alexandre Marcelo Bueno	
Maria Aparecida Junqueira	
O pixo do Terminal Bandeira: riscos, interações e sentidos	281
Ana Claudia de Oliveira	
À margem: práticas poéticas em “pensamento-paisagem”	307
Maria Aparecida Junqueira	
Coletivos de arte e a busca pelo comum na multiterritorialidade: um movimento de politização da paisagem cívica.....	325
Bader Burihan Sawaia	
Roger Seiji Itokazi	
Sobre os autores	345

Coletivos de arte e a busca pelo comum na multiterritorialidade: um movimento de politização da paisagem cívica



A ocupação artística do território como enfrentamento da (des)politização da paisagem cívica é o problema escolhido pelo presente texto para discutir o tema central desta coletânea. Parte da preocupação com um traço da ideologia política neoliberal, pautada no enaltecimento dos valores intimistas como antídoto dos males sociais, concomitantemente à diluição do espaço público das cidades.¹

Sennett (1974) ascendeu essa discussão com o seu livro *O Declínio do homem público*, no qual demonstra o depreciamento do espaço público ao mesmo tempo que denuncia a tirania da intimidade e sua fetichização ideológica como valor maior da vida na cidade.

Diagnóstico que continua sendo corroborado e atualizado, de um lado, como na análise de Harvey (2014), que aponta a privatização dos bens públicos e das comunidades locais, processo que, segundo ele, esgarça o tecido comunitário, alterando as formas de sociabilidade e promovendo a naturalização da condição de “inferioridade”, “incapacidade”, “ineficácia” e “ineficiência técnica” desses grupos humanos para gerir sua própria vida e/ou manejar

¹ Concepção baseada em Arendt (1990), como espaços em que as pessoas se encontram para a procura em comum de resistência ao que as ameaçam e para discutir os negócios públicos.

recursos comuns. De outro lado, como na de pensadores contemporâneos que reafirmam a existência de um processo de sentimentalização da vida pública conectado ao desejo de produzir e consumir formas personalizadas de narrativas históricas (ATHANASIOU; HANTZAROULA; YANNAKOPOULOS, 2008). Desenham um discurso político global que tende ao individualismo que, em vez da igualdade, propõe a tolerância à diversidade e à solidariedade instrumental e, em vez da transformação social, propõe a inserção ou a integração.

A pergunta orientadora do texto é sobre a potência de ação transformadora dos atuais movimentos de ocupação artística para criar fluxos de enfrentamento ao desmoronamento do espaço público e à afetivação da vida social, levando a arte à periferia da cidade de São Paulo. Esses coletivos se caracterizam pela crítica social, pela ocupação de espaços públicos ou privados, abandonados e/ou ociosos e pelo uso da arte como um exercício de direitos humanos e de ação política revolucionária.

O sujeito da narrativa é o *Coletivo Dolores Boca Aberta Mecatrônica de Artes (Coletivo Dolores)*, cujo objetivo é a resistência ao individualismo, à divisão social dos espaços da cidade e do trabalho e à mercantilização e afetivação da arte.² Sua filosofia está explicitada no *site CDCvento leste*: “Fomentar espaços comunitários autogestionário, berçários de ações públicas capazes de transformar o cotidiano da cidade. Construir uma cidade mais justa, solidária e participativa, a partir de espaços de manifestações artísticas”.

O presente texto reflete sobre os itinerários desse coletivo na cidade de São Paulo, as marcas que deixa nos territórios de circulação e as relações que costura, perguntando se tais relações constituem fluxos de expansão territorial da periferia, favorecendo a configuração coletiva de novas vozes políticas.

O referencial teórico é o da psicologia social que se apropria do método dialético de Marx para superar a convencional dicotomia entre objetividade e subjetividade, ao mesmo tempo que busca orientação na filosofia de Espinosa para superar a dicotomia entre razão e emoção e compreender a complexa relação entre poder, ética e emoção. Dessa forma, ao se debruçar sobre o território da cidade, esse referencial não se contenta em apontar a sua dimensão cultural

² Há registros indicando o final dos anos 1970 como o momento de aparecimento de coletivos de intervenção urbana e citando como precursor um grupo de pesquisa em criatividade, fundado em 1978, em São Paulo, denominado Viajou Sem Passaporte. Esse grupo atuou ativamente entre os anos de 1978 e 1982, quando ficou conhecido por realizar intervenções em peças de teatro em execução e nas ruas, com violenta ironia e provocação, embora pacíficas.

e subjetiva. Entende que a dicotomia objetividade/subjetividade, que imperava na análise do território, já está em superação, e que é preciso ir além, ou seja, enfrentar a cisão entre razão/emoção, que ainda permanece com o predomínio da racionalidade e a desqualificação dos afetos.

Segundo Negri, cientista político contemporâneo, que recupera as ideias de Espinosa, as pessoas são incapazes de compreender que os afetos são conceitos políticos, mais ainda quando se trata do amor, considerado um afeto estritamente privado, limitado ao casamento burguês e ao espaço claustrofóbico da família. Ele defende a necessidade de se trabalhar as emoções como poder constituinte em um projeto de libertação (HARDT; NEGRI, 2005, pp. 438-439).

Analisar também o território, a partir das emoções que ele inspira e que o constitui, ressalta que ele é construído pelas atividades humanas, relação de poder e interesses capitalistas, mas também por desejos, medos alegrias, admiração, nojo, dentre outros.³ Perspectiva analítica importante, pois sinaliza a possibilidade de se avaliar a justiça de um território pelos sentimentos que ele inspira. Segundo Espinosa (1977, cap II, §15), “A diferença entre território livre e território escravo não passa pelo direito civil, mas pelo sentido de vida coletivo instaurado por elas”.

Nessa frase, o filósofo do século XVII, que se contrapôs à separação cartesiana entre mente e corpo, indica que a qualidade cívica do território não depende apenas das condições materiais, das leis, mas do sentimento de comum, do desejo de sentir e agir com o outro para defender os direitos civis de cada um, contrapondo-se ao “igual vazio”, sentimento de estar só no coletivo (SAWAIA, 2014).

Ressalta-se ainda que a concepção de emoção, na perspectiva espinoziana, se contrapõe ao sentido neoliberal contemporâneo de afetivação das questões sociais. Os afetos não são fenômenos biológicos e psíquicos em si,

³ Di Méo (*apud* HAESBAERT, 2004, p. 43) sugere que a raiz etimológica é o termo *jus terrendi*, que se confunde com o direito de aterrorizar. Embora não haja consenso sobre essa origem etimológica, é importante ressaltar que, direta ou indiretamente, o que se propagou sobre território diz respeito a um duplo sentido: o território como materialidade e como os sentimentos que ele inspira.

eles se inserem na complexa articulação entre o político, o cultural, o econômico e o existencial, pois são produtos das afecções que os corpos recebem nos encontros com outros corpos.⁴

Para o filósofo, essas transições se referem à passagem de um estado de autonomia ao de heteronomia (ou vice-versa) do corpo e da mente, o que significa que a potência de agir do corpo e da mente é aumentada ou diminuída, favorecida ou entravada. Daí sua proposição de que as emoções são o lugar da ética, pois elas revelam a forma como o social, pela mediação dos “encontros” que ele próprio delimita, nos afeta e traça as redes da servidão ou da liberdade. Quando a experiência afetiva é de diminuição da autonomia, tem-se a paixão, segundo Espinosa, um afeto *passion* que nos mantém muitas vezes na ilusão de defender nossa servidão, pensando estar defendendo nossa liberdade (ESPINOSA, 1957).⁵

A afetivação neoliberal se enquadra nessa dimensão *passion* dos afetos, que inibe a reflexão e a potência de vida e a liberdade. Ao olharmos o território por essa perspectiva, ele aparece como uma “potência em ato”, um corpo que afeta e é afetado pelos corpos que o constituem ou que com ele se relacionam, em uma ou outra direção ética: da autonomia ou da heteronomia. Portanto, por mais que se tente normatizá-lo, ele escapa para direções não previstas, caracterizando que a saúde de um território não é o limite espacial físico, mas sua capacidade de se mover e ultrapassar os limites, de se expandir, evitando cristalização de maus encontros que reproduzem relações de poder.

Essas reflexões nos levam à questão da identidade, ou melhor, ao papel da identidade na dinâmica política do território. Identidade é um dos conceitos mais usados nas abordagens interdisciplinares do território. Há um consenso de que ele é figura identitária, um horizonte de identidade em que as pessoas podem se projetar e se reconhecer ou, como explica Tassara e Patrício (2016, p. 29.): “ (...) um processo identificatório que se vincula a uma referência topológica. Se essa referência topológica abrange aspectos do mundo físico experimentado pelo sujeito, Proshanky a define como *place-identity* (...)”. Mas, é preciso ressaltar o risco inerente a esta ideia. A identidade territorial está na

4 Bomfim (2010) foi uma das pioneiras na psicologia ambiental a estudar a cidade pelos afetos, tendo criado um instrumento de pesquisa – Mapa Afetivos.

5 Deleuze, inspirado no filósofo, define o sofrimento como uma vontade de potência negativa (apud HARDT, 1996, p. 94).

base do conceito de estrangeiro e de todos os estigmas e perseguições políticas inerentes a ele, desenhando fronteiras que definem um dentro e um fora do território de forma cristalizada. Tais desenhos se tornam parâmetros do ordenamento social e até do planejamento urbano.

Em outras palavras, a ideia de identidade territorial corre o risco de sustentar a negatividade intrínseca ao conceito de território, que são suas estratégias de controle que hoje aparecem, de forma explícita, na tragédia dos refugiados, na humilhação de não ter um lugar, no discurso do ódio, na xenofobia e toda a ordem de preconceito, além da gestão de identidades como forma de governo.

É essa tensão que marca a ideia de identidade territorial. De um lado, os riscos derivados da cristalização da identidade e, de outro, a oportunidade que oferece de criação e fortalecimento de espaços de luta (STRAPPAZZON; MAHEIRIE, 2016).

Como bem alerta Boaventura Souza Santos (1994, pp. 119-137), identidade “é questão semifictícia e seminecessária”, a depender do contexto histórico. Toda luta política e social têm o seu tempo, há horas em que é preciso avançar e arriscar, outras em que é necessário manter posições e ganhar tempo, defendendo identidades. Desse modo, as negociações identitárias participam do campo político como processos de diferenciação e aglutinação.

Rancière (2006, 2009) também é contundente em denunciar a perspectiva policalesca das teorias da identidade. Segundo o autor, identidade é uma ideia, ponto de partida de sustentação e, também, de interrupção de regime desigual. Ela é acompanhada do processo de desidentificação ou de desclassificação, que interpela a ordem policial em um determinado campo sensível. Muitas vezes a ação política exige a desidentificação com o território, outras, o fortalecimento de uma identidade territorial. Aqui nos cabe, portanto, parcimônia teórica, para não congelar identidades ou fomentar jogos identitários que tendem ao isolamento dos diferentes atores políticos.

A saúde do território não é a robustez de sua identidade, mas a capacidade de se mover e ultrapassar os limites, de ser múltiplo e de se expandir sem perder os ideais coletivos e a possibilidade de agir comum. “Suas diferenças internas precisam descobrir o *comum* que lhes permita comunicar-se e agir em conjunto” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 9). Defendemos, aqui, que o *comum*,

ideia reabilitada por vários pensadores da atualidade (DARDOT; LAVAL, 2017 e HARDT; NEGRI, 2005), pode ser um princípio político de análise e intervenção no território.

Comum não se confunde com o que é comum, não é coisa, uma propriedade ou características que marcam pessoas e territórios, mas é agir comum, é sentimento, produto e produtor de inquietações que mobilizam o sujeito coletivo. Disso resulta que nenhum *pertencimento*, seja etnia, nação, território, gênero etc., pode ser “em si o seu fundamento” (DARDOT; LAVAL, 2017), mas sim o “útil comum”, que pertence a um mesmo plano e semelhança.⁶ Tais reflexões estão baseadas nos resultados da pesquisa realizada com o *Coletivo Dolores*, apresentada a seguir.

A pesquisa

Com relação ao método, os pesquisadores, à luz dessas reflexões teóricas, adotaram procedimentos visuais e participativos para conhecer, experimentando o universo da pesquisa, o que significa conhecê-lo na sua totalidade, pelas afecções do corpo e mente. Assim, participaram das manifestações artísticas e das intervenções urbanas do Coletivo Dolores, conheceram a produção escrita e imagética (livros, poemas, pinturas, fotos, *site*, reportagens) e ouviram narrativas das histórias do coletivo e das intervenções, na esteira do “narrador” de Benjamim, que se posiciona como testemunha (GAGNEBIN, 2014), ou seja, aquele que consegue ouvir a narração do outro, mesmo que insuportável, que se afeta por ela e que aceita levá-la adiante. É o que faremos de agora em diante.

O Coletivo Dolores Boca Aberta Mecatrônica de Artes (Coletivo Dolores) se apresenta como classe trabalhadora ou trabalhador que faz arte (artistas operativos) e, portanto, inserido na divisão social do território e do trabalho, daí a escolha da periferia como o seu território de ação artística. Também defende a autogestão dos espaços de trabalho e de vida.

⁶ “Útil comum” é o conceito apresentado por Bertini (2014, p. 154), inspirado em Espinosa (1957, prop. XIX e XX)

Dolores se organiza de maneira diferenciada dos outros grupos de teatro. Tem um funcionamento semelhante ao de uma comunidade.... A partilha da vida, das dificuldades, a construção de uma rede e ajuda para lidar com o mundo do jeito como está constituído... (MOURA, *apud* BORTOLOZZO, 2014, p.108).

Artistas operativos são aqueles que produzem fatos revolucionários, que se aliam aos movimentos sociais, ao invés de apenas estetizar a contra hegemonia. O objetivo é se contrapor à desigualdade social periferia–centro, como estratégia de luta política transformadora, usando como arma a produção, a fruição e a formação de público no segmento cultural (COSTA *apud* ITOKAZU, 2017, p. 12).

O Coletivo iniciou sua formação, no ano de 2000, no bairro Cidade Patriarca, distrito da Vila Matilde, na zona leste da cidade de São Paulo, inicialmente atuando nos espaços da EMEF José Bonifácio. Seus fundadores, estudantes de jornalismo e moradores dessa região, criaram um grupo de estudos sobre teatro, educação e arte, que questionava a desigualdade social, particularmente na área de cultura, nas regiões periféricas, negligenciadas pelos investimentos públicos.

Em 2002, ocuparam um espaço em frente à escola municipal, onde iniciaram as atividades e muitos deles estudaram. Nesse espaço, construíram sua sede, o CDC Vento, com o desejo de consolidar e ampliar a proposta estética e política e, nesse sentido, outras mediações precisavam ser conquistadas. Nas palavras de um de seus integrantes:

(...) ter uma sede significa dominar os seus meios de produção, não ter esse domínio ou posse dos próprios meios de produção é algo perverso, não é essa a palavra ideal, porque não está ligado na palavra maquiavélica no sentido de maldade, mas é uma cisão estrutural que o capitalismo constrói, que destitui os trabalhadores de seus materiais e meios de produção. Então, para nós uma questão colocada era, ter que assumir os nossos meios de produção, um meio de colocar em funcionamento nosso processo criativo (CARVALHO *apud* BORTOLOZZO, 2014).

No local, havia um equipamento público abandonado há oito anos e subutilizado para descarte de entulho e lixo. Era um CDM (Clube Desportivo Municipal), construído em mutirão na gestão municipal de Luiza Erundina, em meados dos anos 1990. Tratava-se de um espaço simples, composto por um

vestiário e uma velha quadra – uma conquista que foi perdida com a entrada das gestões Paulo Maluf e Pitta, que encerraram as atividades no local, deixando o espaço abandonado.

Em meados de 2001, a Prefeitura abriu a possibilidade de uso do espaço para atividades cultural-desportivas. Para tanto, membros do *Coletivo Dolores* formaram uma diretoria comunitária junto a dois outros grupos locais: *Clube de Futebol dos Chilenos* e *Grupo de Capoeira Alvorada*. Essa diretoria durou apenas um ano, devido aos constantes conflitos por conta de visões de mundo diferenciadas, e novamente o espaço foi trancado. O *Coletivo Dolores* decidiu pela continuidade do uso do CDM, dessa vez de forma clandestina. Na informalidade foram se apropriando e reinventaram o espaço e as relações sociais locais.

Foram três anos de informalidade, durante o qual construíram as bases para a oficialização do equipamento público *CDC Vento Leste* que, hoje, consta de: uma cozinha, banheiros, um amplo e novo salão, uma quadra reformada, uma pista de caminhada e um pátio externo de terra batida, com uma cisterna, cata-vento para geração de energia, minhocário, quadra poliesportiva, pista para caminhada, amplo e novo salão, cozinhas (uma tradicional e outra cai-pira), banheiros, pátio externo, jardim com esculturas dos diversos coletivos da cidade, horta comunitária, gerador de energia (cata-vento), arena arbórea, palco em permacultura e cisterna. Todos os espaços do CDC são utilizados para ações comunitárias e artísticas como: ensaios do Coletivo; aulas e atividades abertas à comunidade, aulas de teatro, percussão, capoeira, dança da terceira idade, reuniões de alcóolicos anônimos, *shows*, oficinas artísticas, treinos de futebol das comunidades paraguaias e bolivianas, debates políticos e encontros de coletivos feministas.

Essa forma de ocupar o espaço do CDC visa a superar o utilitarismo normativo, a gestão centralizada e a lógica privatista, de modo a fomentar outras sociabilidades advindas da negociação do uso (aberta a quaisquer outros grupos), da gestão coletiva (realizada por sete coletivos que o ocupam), ou seja, uma constante busca por uma prática social de “comunalização”, como fala Harvey (2014).

Além do *CDC Vento Leste*, os membros do coletivo partilham a casa, a criação e a educação dos filhos, desenvolvem uma *práxis* pedagógica coletiva de maternagem e paternagem (Ciranda) para criar os 12 filhos (crianças e jovens do *Dolores*) coletivamente:

(...) nenês experimentaram o leite de diferentes peitos, diretores dirigiram peças botando guri para dormir ...Todos sem exceção honraram a frase: quem não dança, segura criança.... Todos educam todos e consideram que brincar e educar e cuidar da criança tem a mesma importância que dirigir uma peça ou atuar em uma ocupação. (Site *Dolores*, 2014)

Um momento importante para o fortalecimento do coletivo e direcionamento político-estético de suas ações foi a ocupação do edifício Prestes Maia, na noite do dia 3 de novembro de 2002, pelo *Movimento Sem Teto do Centro (MSTC)*, onde 468 famílias viveram durante cinco anos as constantes ameaças de reintegração de posse pela polícia, as dificuldades diárias da falta de estrutura e manutenção do prédio, os momentos de tragédia como os suicídios que ocorreram durante a ocupação, e de conflitos populares.

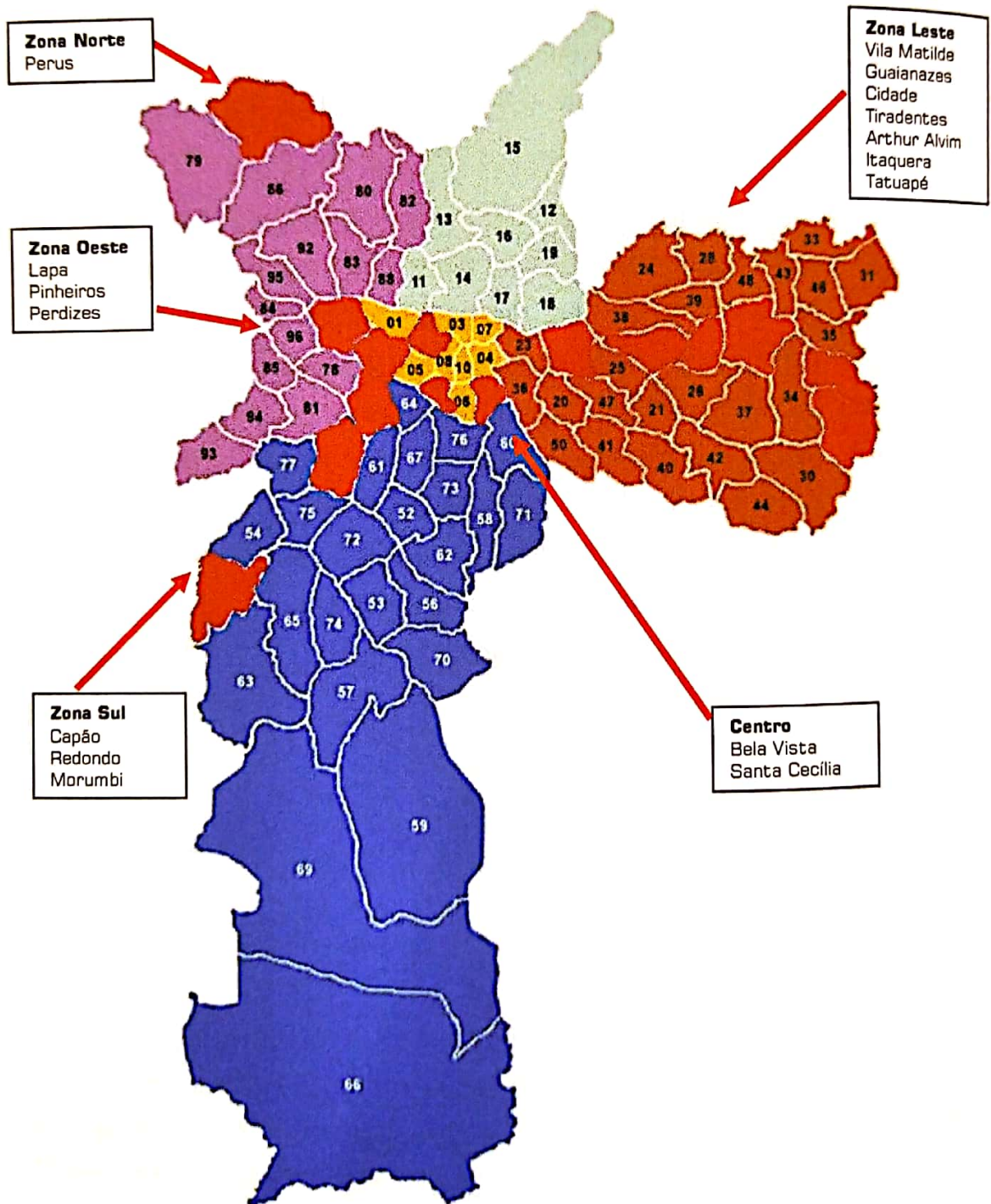
Os coletivos de São Paulo colocaram sua arte nesse território de exclusão social, que foi efetivado em dezembro de 2003, por ocasião da exposição *Arte Contemporânea no Movimento Sem Teto do Centro (ACMSTC)*. “(...) pela primeira vez, muitos artistas que pouco circulavam pelo Centro entraram em uma ocupação de sem teto. (...) a ideia de uma exposição de arte surgiu da vontade de algumas lideranças do movimento em trazer pessoas de fora que pudessem ajudar a modificar a imagem da ocupação” (MESQUITA, 2008, p. 273). Dentre eles estava o *Dolores*.

No pano da filiação artística, o *Coletivo Dolores* cita como seus precursores o Teatro Político, cuja gênese, no Brasil, data de 1902, com os teatros anarquistas e se amplia no período de 1970-1980, quando aparecem o *Teatro do Oprimido*, o *Teatro Oficina*, o *Movimento de Teatro nas Periferias*, iniciativas de grupos de classe média e de operários. Inspiram-se também no *Agitprop*: agitação e propaganda, movimento estético-político realizado pelos operários em prol dos ideais da revolução russa, que foi extinto em 1932.

O Coletivo valoriza o potencial estético e imaginativo, inerente à arte, mas ressalta que ela não deve ser catártica no sentido de entreter ou aliviar as

emoções. A arte deve sensibilizar o espectador a assumir um comportamento destinado a modificar a sociedade. Por isso, eles mantêm encontros mensais com outros grupos de teatro de vertente socialista.

Figura 1: Itinerário do *Coletivo Dolores*.



Fonte: Criação de Roger Seiji Itokazi.

Além disso, posicionam-se contrários aos grupos de intervenção artística urbana de viés lúdico ou irracionalista, com ações disruptivas, visando apenas a interromper os fluxos cotidianos da cidade, e aos movimentos da periferia que não representam a população. Também são contrários à *politização* da arte e à estetização da política, defendendo a perspectiva brechtiana de atuação revolucionária da arte no cotidiano, o que significa a compreensão da arte como instrumento de conscientização e mobilização de ação revolucionária, sem perder a sua essência estética.

Intervenções

A intervenção consiste em ocupar espaços, deixar a marca estética da ocupação com significado crítico-transgressor, visando à organização popular, sendo a forma mais comum a escultura. Segundo eles, a ação na periferia permite unir a territorialidade à luta de classes, uma vez que os trabalhadores, em sua maioria, residem e atuam nas periferias. Permite também garantir um direito da população que é o da fruição do belo, levando a experiência estética a regiões negligenciadas pelo poder público.

As intervenções integram diferentes linguagens: teatro, *shows* de banda, fotografia, esculturas, poesia e artes visuais desenvolvidas só ou em companhia de outras atividades.

- O teatro: é a atividade mãe, presente na maioria das intervenções. Ele operacionaliza a filosofia estético-política do Coletivo, seguindo o paradigma brechtiano de teatro, que entende a arte como a que incomoda, mobiliza sentimentos e provoca estranhamento no cotidiano, marcando o corpo e mente com emoção triste, mas que fomenta sua superação. Ressaltam que ela não deve ser catártica no sentido de aliviar ou distrair as emoções, mas deve ensinar o espectador a assumir um comportamento destinado a modificar o Mundo.
- Teatro \mutirão: conceito desenvolvido pelo Coletivo. Tem como fundamento principal o pensamento de Marx, da centralidade ontológica do trabalho, e que a divisão social do trabalho determina o aprendizado e a sociabilidade, portanto, a configuração do ser social. Derrubam a figura do especialista (líder, artista, figurinista, cenógrafo, diretor), e promovem a decisão/

ação conjunta e autogestionada, criando disposições afetivas para com o outro, tendo em vista a produção de uma finalidade comum. Os espetáculos teatrais são montados em diálogo com as características do local. Dentre as contribuições brechtianas, nas quais se fundamentam, há a “quebra da quarta parede”, do palco italiano. Dessa forma, além de reinventarem o uso de todos os ambientes do CDC, construíram a Arena Arbórea, um espaço cênico a céu aberto, composto por árvores e um palco circular (escavado num morro de terra denominado “Morro Vermelho”).

- Teatro perene ou ocupações artísticas: trata-se de fixar em praça pública esculturas de ferro que também são espalhadas no CDC, transformando a paisagem urbana, como uma forma de disputa simbólica da cidade, em que se colocam os símbolos de luta dos trabalhadores contra uma cidade representada por esculturas dos dominantes. O ritual consiste no preparo da parte física do território, teatro para aglutinar, e conversa com a população, além de estimular debates políticos, culminando com a construção de uma escultura, que é deixada no local, geralmente, em uma praça pública. Um exemplo é a escultura do Elefante (monumento aos trabalhadores) instalada (Arthur Alvim) em uma intervenção que durou 15 dias. Durante esses dias foi criada a escultura e realizadas diversas atividades culturais, com *show* musical da banda Nhocuné Soul. Outro é o busto do político Armando Boas Praça, ironizando as campanhas eleitorais, instalado na zona sul: Capão Redondo – ver vídeo (DOLORES BOCA ABERTA, 2010).
- Intervenções artísticas: contra a desocupação de favelas, de apoio a acampamentos do MST, a outros movimentos como As Mães de Maio e o Movimento Secundaristas, e para o fortalecimento de novos pontos de cultura popular (Ponto de Cultura Jongo/ Guaianazes).
- Festivais de Teatro Mutirão: sempre acompanhados de apresentações musicais da banda Nhocuné Soul.
- Carnaval de rua: juntamente com outros blocos políticos, formaram o *Carnaval Contra Hegemônico*. Trata-se da união dos blocos carnavalescos: Unidos da Madrugada, do Coletivo Dolores, Unidos da Lona Preta, do MST e do Bloco do Seresbequé, do Movimento Cultural de Guaianazes. Além disso, participam do *Cordão da Mentira*. Esse “é um bloco carnavalesco de intervenção estética que, de modo bem humorado e radical, versa e canta sobre temas cruciais para uma real transformação da sociedade brasileira.

Formado por sambistas, grupos de teatro, coletivos culturais e artísticos, militantes e movimentos sociais, o Cordão desfilou pela primeira vez em 2012, discutindo as heranças da ditadura em nosso cotidiano” (Site *Cordão da Mentira*, 2018).

- Itinerário na cidade: assemelha-se ao ato de traçar caminhos para dar forma a espaços públicos. O realizado pelo Dolores tem a forma de um Y. Concentra-se na zona leste: Vila Matilde, Guaianazes, Cidade Tiradentes, Arthur Alvim e vai praticamente em linha reta em direção ao centro e à região oeste (Pinheiros), abrindo-se, na forma de um V, para a zona norte, Perus (Acampamento Irmã Alberta), e para a zona sul, Capão Redondo, Favela Morumbi e Favela Real Parque.

Esse itinerário desenha uma territorialidade político-identitária, baseada no sentimento do comum. Uma territorialidade orientada pelo útil comum, que não é mercadológico, familiar ou religioso, mas da ordem da semelhança no compartilhamento da desigualdade social. Costura uma rede entre pessoas que pertencem a um mesmo conjunto de elementos, criados pela exploração capitalista. Assim, vão espalhando sementes de espaços públicos e costurando suas articulações para que não se tornem “bolhas efêmeras ou temporárias de exercício de liberdade” (HARVEY, 2014, p. 226). A zona oeste, região que concentra poder econômico e qualidade urbana, é território de apresentação da sua principal atividade – o teatro –, mas na forma de mercadoria ou como convidados: Senac, Sesc Pompeia, Pinheiros, Aclimação, Institutos Paulo Freire e Itaú Cultural. Também se apresentam no Engenho Teatral/Tatuapé. A região do centro é o território do enfrentamento ao poder político-econômico, posto que nessa região se encontra grande parte dos órgãos de decisão política: Santa Cecília, Campos Elíseos, Bela Vista. O centro também passou a atrair a ação do Coletivo com a Virada Cultural.

Em síntese, é possível agrupar em três categorias ético-políticas as diferentes atividades realizadas pelo Dolores em seu itinerário em formato de Y, variando segundo a região em que são realizadas. São elas: ações voltadas à tessitura de um coletivo em rede, ações de enfrentamento e reivindicação ao poder público, e ações pragmáticas de sobrevivência e visibilidade.

Apontamentos finais sobre territorialidade, arte caminhante e fluxos urbanos de resistência

No papel do narrador benjaminiano (GAGNEBIN, 2014), o que ouvimos foi a narrativa de uma potência de vida na contraordem, um interesse vital pelo comum e pela insurgência política contra a desertificação do espaço público, a despolitização da paisagem cívica e o isolamento, reacendendo a ideia de espaço público e costurando redes de relação entre grupos insurgentes. Os itinerários de Dolores visam à construção de espaço público, não baseado na proximidade física, mas em necessidades e interesses comuns. Também apagam a fronteira entre o público e o privado, partilhando a casa e a criação dos filhos e ocupando espaços privados para lhes dar uso público,

Ele segue um modo de fazer arte, deslocando-se por diferentes territórios, deixando marcas materiais neles com suas esculturas e pondo em circulação novos processos de subjetividade com suas *performances*. Assim, estimulam fluxos urbanos de enfrentamento do “espaço igual vazio um igual com o qual a pessoa não se identifica, uma somatória de corpos solitários” (BERTINI, 2014, p. 160), acenando para novos modos de vida coletivos.

Os deslocamentos do Dolores não se submetem ao *marketing* imobiliário, mas enfrentam a “inclusão perversa” ou inclusão excludente (SAWAIA, 2000), inerente à ordem capitalista. O itinerário é guiado pelo útil comum, ao mesmo tempo que o fortalece, criando uma territorialidade em rede, tecido entre pessoas que pertencem a um mesmo conjunto de forças. “Um sentimento que vai contra aos fluxos urbanos segregadores, inclusive porque intersecciona desigualdade de raça, cor, gênero e classe”.⁷

Em outras palavras, atacam o jogo político das demarcações identitárias territoriais guetizadora, que impõem isolamento e carecimentos, alimentando-se dos encontros que promovem, sob a égide da arte, para espalhar a experiência social do comum na diversidade (SAWAIA, 1995, p. 24). Criticam a ideia de “sujeito periférico” (ANDREA, 2013), que ganhou ampla divulgação e recorrência, nos anos 2000, como uma identidade politicamente necessária ao enfrentamento dos fluxos urbanos segregadores, à medida que intersecciona desigualdade de raça, cor, gênero, classe, mas que passou a apresentar

⁷ Extraído de conversas com um membro do Dolores, em 4 de março de 2016.

o risco da reificação, isto é, tornar-se, justamente, aquilo ao qual se antepõe: a periferia como marca que aprisiona o sujeito. Tanto que preferem se apresentar como artistas trabalhadores da periferia de São Paulo, que lutam pelo reconhecimento político e para romper com o destino social, aparentemente inexorável.

Eles atuam na periferia justamente para libertar a todos da identificação segregadora com a periferia. Em síntese, o *Coletivo Dolores* opera a partir de um processo de desidentificação (RANCIÈRE, 2006) que interrompe a lógica da dominação e o ordenamento de identidades territoriais cristalizadas, ampliando o campo da experiência sensível proporcionada pelo território. Eles não constroem novas identidades, mas fertilizam o sentimento do comum, que costura diferentes territórios em uma ampla e móvel territorialidade sob o signo de espaço público.

Convém registrar que seus itinerários rompem o isolamento geográfico/político que caracteriza a zona leste, no seu interior. Região esta bem servida de avenidas que a liga ao centro, com ônibus circulando constantemente, mas que não ocorre dentro e entre os bairros, fazendo com que seja preciso ter carro para circular, como reclamam os sujeitos da pesquisa. Dessa forma, o Estado impede as relações entre os moradores da região, um exemplo do que Espinosa (1975, cap. V, § 4) chama de cidade solidão: “Uma cidade, é preciso dizer-lo ainda, em que a paz é efeito da inercia dos súditos, conduzidos como um rebanho e formados unicamente na servidão, merece mais o nome de solidão que o de Cidade”.

Cabe ressaltar que esses fluxos no território ocorrem por meio da arte, que, segundo Vigotski (1924/1970), é a “técnica social dos sentimentos”. Ela funde sentimentos que se objetivam e materializam fora de nós e se fixam em objetos artísticos externos. Assim, a arte nos suspende do cotidiano e nos defronta com emoções desconhecidas. Afirma Itokazu (2017, p. 42) que

A arte, como fala Marx, possibilita a humanização do homem e o refinamento da sensibilidade do corpo e da mente que, para Espinosa, é condição para a luta contra a servidão, mesmo porque: a razão, sozinha, é fraca e os afetos, sozinhos, são destrutivos.

Mas não é só a arte. Igualmente importante é a prática artística do deslocamento pela cidade que caracteriza o Dolores. Segundo Bourriaud (2011),

filósofo e curador francês, o artista contemporâneo faz do deslocamento uma ferramenta de trabalho, sob o signo de uma estética que enaltece a convivialidade.

Gomes (2017, p. 151), em um belo ensaio sobre “estética radicante”, explica que Bourriaud estabelece “a relação entre trabalho artístico e contexto relacional, focado em momentos de sociabilidade”. Inspira-se em Walter Benjamin para defender a necessidade de o artista ser um “sujeito liberto dessa aura psicológica representada pela sacrossanta identidade” (BOURRIAUD, 2011, p. 40), para poder se mover nos territórios sem se identificar, criando territorialidades vivas sem nelas emergir.

O *Dolores*, em seu movimento pela cidade, é um exemplo desse artista que faz do deslocamento sua ferramenta de trabalho, o “artista caminhante” (GOMES, 2017, p. 152). Seus trajetos na cidade buscam, pela arte, reacender em cada um o sentimento de homens *libertos*, cuja união aumenta a potência de cada um; bem como costurar esses desejos em “espaços públicos” multi-territoriais. Um alento nesse momento de crise e desconfiança nas formas políticas representativas.

Mas, nem tudo são flores, portanto, como diz o narrador benjaminiano, é preciso ouvir a narração insuportável do outro e levar suas palavras adiante, para potencializar outras histórias (GAGNEBIN, 2014). O Coletivo sofre vários obstáculos na criação de fluxos desidentificatórios na zona leste. Há muito esforço investido para continuarem juntos, pois são muitas discordâncias, afinal somos todos seres de paixões e imaginação (ESPINOSA, 1957, esc. prop. II), e muitos são os maus encontros voltados à gestão de identidades como forma de governo, além da cooptação mercadológica. Desse modo, eles precisam do apoio de políticas públicas,⁸ sem o qual não conseguem sobreviver, mas que, por sua vez, podem induzir a quebra do comum, estimulada pela acirrada competitividade que os editais promovem.

Entretanto, não sucumbem e já deram, juntamente com outros coletivos, um passo importante para demonstrar que a periferia tem vida. Apesar de a identidade territorial negativa a ela atribuída historicamente, não só carregar a pobreza e apresentar altos índices de mortes violentas, mas também sofrer o

⁸ Grande parte de suas atividades se deve às políticas públicas de fomento ao teatro e a arte, como: Lei de Fomento ao Teatro, Proac e Lei de Fomento às Culturas das Periferia.

descaso do poder público, ela é capaz de criar outras formas de expressão e linguagem e novas tessituras de espaço público, delineando uma multiterritorialidade, graças ao sentimento de comum.

Quanto à contribuição teórico-metodológica, o *Coletivo Dolores* acena a uma concepção de território, ou melhor, de “território livre e não escravo” (usando expressão de Espinosa), como um campo de partilha do sensível (RANCIÈRE, 2009), com fronteiras delineadas pela ordem capitalista mercadológica que organiza identidades territoriais cristalizadas, mas que, justamente por ser um campo de experiência afetiva, permite fluxos na contraordem identitária. *Concepção* que demonstra a necessidade de incorporar, nas pesquisas sobre território, os deslocamentos, a intensificação dos fluxos e, ao mesmo tempo, a convivialidade (BOURRIAUD, 2011).

E o que é também importante: o Coletivo oferece contribuição ao planejamento da práxis psicossocial ao demonstrar a importância do papel da arte caminhante (GOMES, 2017, p. 152) nos deslocamentos e intensificação de fluxos na cidade de São Paulo, ou, como eles próprios falam, na criação de “berçários de ações públicas capazes de transformar o cotidiano da cidade” (*CDCVento leste*).

Referências

- ANDREA, T. P. *A Formação do sujeito periférico: cultura e política na periferia de São Paulo*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- ARENDT, H. *Da revolução*. Trad. Fernando Dídimo Vieira. São Paulo, Ática, 1990.
- ATHANASIOU, A.; HANTZAROULA, P.; YANNAKOPOULOS, K. Towards a new Epistemology: The “Affective Turn”. *Historein*, v. 8, 2008.
- BOMFIM, Z.A.C. *Cidade e Afetividade: Estima e Construção dos Mapas Afetivos de Barcelona e São Paulo*. Fortaleza, UFC, 2010.
- BOURRIAUD, N. *Radicante: por uma estética da globalização*. Trad. Dorothée de Bruchard. São Paulo, Martins Fontes, 2011.
- BERTINI, F. M. *A Mudanças Urbanas e Afetos: estudo de uma cidade planejada*. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

- BORTOLOZZO, G. *Espacialidade e Ativismo Social na Zona Leste de São Paulo: o caso do coletivo Dolores Boca Aberta Macatrônica de artes*. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade do Estado de São Paulo, Rio Claro, 2014.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum – Ensaio sobre a revolução no século XXI*. Trad. Paulo Meneses. São Paulo, Boitempo, 2017.
- DOLORES BOCA ABERTA. Armando Boas Praças 00171 – POB – Proposta Transporte. *Youtube*, 23 set. 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vSNXiTxyPD4>>.
- DOLORES BOCA ABERTA. Ocupação Teatro Mutirão. *Youtube*, 10 set. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8sjAh5pKOUU>>.
- ESPINOSA, B. *Ética*. Trad. Lívio Xavier. 3a. ed. São Paulo, Atenas, 1957.
- ESPINOSA, B. *Tratado político*. Trad. Diogo Pires Aurélio. 2a. ed. Lisboa, Estampa, 1977.
- GAGNEBIN, J. M. *Limiar, aura e rememoração – ensaios sobre Walter Benjamin*. Rio de Janeiro, Editora 34, 2014.
- GOMES, P. Por uma estética radiante: deslocamento, experiência e cidade. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 91, 2017.
- HAESBAERT, R. C. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi territorialidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracila Louro. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão-guerra e democracia na era do império*. Trad. Orlando dos Reis e Marcello Lino. Rio de Janeiro, Record, 2005.
- HARDT, M. *Gilles Deleuze – um aprendizado em Filosofia*. Trad. Sueli Cavendish. São Paulo, Editora 34, 1996.
- HARVEY, D. Prefácio: a visão de Henri Lefebvre. In: _____. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Trad. Jefferson Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 2014, p. 9-24.
- ITOKAZU, R. S. *Arte da periferia, território e transformação social: análise psicossocial dos afetos no teatro Mutirão do Coletivo Dolores Boca Aberta Mecatrônica de artes*. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- MESQUITA, A. *Arte – Ativismo: Interferência, Coletivismo e Transversalidade*, 2008. Disponível em: <<http://www.rizoma.net/interna.php?id=300&secao=artefato>>.
- MOURA, L. Monumento ao Trabalhador (Teatro Perene). *Youtube*, 1 nov. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=16dnl7Lr2uk>>.
- RANCIÈRE, J. *Política, polícia, democracia*. Trad. Ricardo. Donielli. Santiago, LOM Ediciones, 2006.
- RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo, EXO Experimental, 2009.

- SAWAIA, B. B. O calor do lugar, segregação urbana e identidade. *São Paulo em perspectiva*, v. 9, n. 2, abr.-jun., 1995.
- SAWAIA, B. B. *As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- SAWAIA, B. B. Transformação social: um objeto pertinente à Psicologia Social? *Psicol. Soc.* v. 26, n. especial 2, 2014.
- SENNETT, R. *O Declínio do Homem público*. As tiranias da intimidade. Trad. Lygia Araujo Watanabe. Rio de Janeiro, Record, 1974.
- SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*. Porto, Afrontamento, 1994.
- STRAPPAZZON, A. L.; MAHEIRIE, K. “Bons encontros” como composições: experiências em um contexto comunitário. *Arquivo Brasileiro de Psicologia*, v. 68, n. 2, p. 114-127, 2016.
- TASSARA, E.; PATRÍCIO, S.(orgs.) *Política Ambiental: contribuições interdisciplinares para um projeto de futuro*. São Paulo, Educ/Fapesp, 2016.
- VIGOTSKI, L. *Psicología del arte*. Trad. Victoriano Imbert. Barcelona, Barral Editores, 1924/1970.

Website

- CDC vento leste. Disponível em: <<http://doloresbocaaberta.blogspot.com.br/search?updated-min=2015>>.
- CORDÃO DA MENTIRA: <https://cordaodamentira.milharal.org/>
- DOLORES BOCA ABERTA <<http://doloresbocaaberta.blogspot.com.br/search?updated-min=2015>>.